



## **PREGÃO PRESENCIAL N ° 022/2019**

### **CONTRATO DE FORNECIMENTO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS N.º: 144/2019**

Termo de Contrato de **FORNECIMENTO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS**, celebrado entre o **MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA**, e a empresa/firma individual **PÚBLICA TECNOLOGIA LTDA**, por intermédio do profissional **Giovani de Bortoli**, autorizado através do Processo n° 051/2019, Licitação n. 022/2019, modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**.

#### **CONTRATANTE:**

**MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO**

CNPJ-MF n°. 82.827.148/0001-69

Endereço (sede): Avenida Mal. Costa e Silva, 111, Centro, Pinheiro Preto - SC.

Representada por: **PEDRO RABUSKE**

#### **CONTRATADA:**

Nome: **PÚBLICA TECNOLOGIA LTDA**

CNPJ n°: 954.836.771/0001-20

Endereço: Rua Içara, n° 151, Itoupava Seca, Blumenau/SC – CEP: 89030-170

Representada por: **Giovani de Bortoli**

Em conformidade com o processo de licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL N° 022/2019**, datado de 11/02/2019 e homologado em data de 05 de abril de 2019, na forma e condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL**

Vincula-se o presente Contrato ao edital **PREGÃO PRESENCIAL N° 022/2019** e à proposta da **CONTRATADA**, parte integrantes deste, sujeitando-se o **CONTRATANTE** e o **CONTRATADO** às normas previstas na Lei Federal Nº 8.666/93.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO DO CONTRATO**

**O PRESENTE CONTRATO TEM POR OBJETO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO, CAPACITAÇÃO E FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO TEMPORÁRIO DE SISTEMAS DE GESTÃO PÚBLICA, COM ACESSO SIMULTÂNEO PARA USUÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DIRETA E INDIRETA, QUE ATENDA AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, OS QUANTITATIVOS E SERVIÇOS TÉCNICOS CORRELATOS, DESCRITOS NO**



**TERMO DE REFERÊNCIA, NA FORMA DO ANEXO I – Termo de Referência, parte integrante do presente CONTRATO independentemente de transcrição.  
ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS**

§ 1º Havendo necessidade e interesse público, o contrato poderá ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, limitada a 48 (quarenta e oito) meses, na forma que dispõe o inciso IV do art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

§ 2º A empresa vencedora deverá realizar treinamento acerca do uso dos sistemas, com carga horária mínima de 200 (duzentas) horas, sem qualquer custo adicional. O treinamento deverá ser dado na Sede Administrativa do Município, na seguinte forma:

<b>SUBITENS</b>	<b>SISTEMA</b>	<b>CARGA HORÁRIA</b>
1.1	Planejamento PPA/LDO/LOA	16
1.2	Gestão Contábil – Execução Orçamentária, Tesouraria, Contabilidade, Lei Fiscal e Monitor NF-e	30
1.3	Compras, licitações e contratos	28
1.4	Gestão Patrimonial	12
1.5	Gestão de Estoques	12
1.6	Gestão de Frotas	12
1.7	Folha de Pagamento, Recursos Humanos, eSocial, folha web/concurso público	28
1.8	Portal da Transparência	08
1.9	Gestão Tributária	30
1.10	Nota Fiscal de Serviço eletrônica	12
1.11	Documentos Eletrônicos / Protocolo Web / Alvará	12
1.12	Eletrônico Controle de Ponto Eletrônico	12

§ 3º O Sistema poderá ser web ou desktop, ou, ainda, web e desktop, desde que atenda as especificações constantes no termo de referência (anexo I), sendo o armazenamento da base de dados e seus backups de responsabilidade da contratada em servidor/data center próprio ou terceirizado, sem expensas à Contratante. A base de dados original e seus backups devem ficar disponíveis por 24 meses após o término do contrato e enviadas sempre que solicitadas, no prazo máximo de 24h úteis.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas do presente contrato correrão por conta de dotação orçamentária prevista na lei atual, bem como a seguinte dotação orçamentária prevista na Lei de Orçamento de 2019:  
Órgão Orçamentário: 20 Poder Executivo



Unidade Orçamentária: 2- Secretaria de Administração e Finanças  
Função: 4- Administração  
Subfunção: 122- Administração Geral  
Programa: 3- Administração Geral  
Ação: 2022- Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças  
Cód. Red. 15 -3.3.90.00.00.00.00

#### CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR

A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pelos serviços descritos na Cláusula Segunda, o seguinte valor mensal, observando o seguinte detalhamento:

Item	Licença de Uso, Suporte Técnico e Atualização legal e Corretiva	Un. Med	Qtd e	R\$ Unit. Proposto	R\$ Total
<b>PREFEITURA DE PINHEIRO PRETO</b>					
1	Planejamento PPA/LDO/LOA	Mês	12	300,00	3.600,00
2	Gestão Contábil – Execução Orçamentária, Tesouraria, Contabilidade, Lei Fiscal e Monitor NF-e	Mês	12	1.100,00	13.200,00
3	Compras, Licitações e Contratos	Mês	12	700,00	8.400,00
4	Patrimônio	Mês	12	150,00	1.800,00
5	Almoxarifado / Estoque	Mês	12	150,00	1.800,00
6	Frotas	Mês	12	150,00	1.800,00
7	Gestão de Pessoas, Folha de Pagamento, Recursos Humanos, eSocial, Segurança e Medicina Trabalho / Plano de saúde / Portal Servidor / E-social / Concursos Públicos	Mês	12	2.100,00	25.200,00
8	Tributação Pública / ISS via Internet / Executivo Fiscal / Portal Cidadão	Mês	12	1.000,00	12.000,00
9	Nota Fiscal de Serviço Eletrônica	Mês	12	900,00	10.800,00
10	Portal da Transparência	Mês	12	150,00	1.800,00
11	Documentos Eletrônicos / Protocolo Web/ Alvará Eletrônico	Mês	12	1.100,00	13.200,00
12	Controle De Ponto Eletrônico	Mês	12	600,00	7.200,00
<b>TOTAL</b>				<b>8.400,00</b>	<b>100.800,00</b>
<b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE</b>					
13	Contabilidade Pública / Tesouraria	Mês	12	100,00	1.200,00
14	Compras, Licitações e Contratos	Mês	12	100,00	1.200,00
15	Portal da Transparência	Mês	12	0,00	0,00
16	Patrimônio	Mês	12	50,00	600,00



				<b>TOTAL</b>	<b>250,00</b>	<b>3.000,00</b>
<b>FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL</b>						
17	Contabilidade Pública / Tesouraria	Mês	12	100,00	1.200,00	
18	Compras, Licitações e Contratos	Mês	12	100,00	1.200,00	
19	Portal da Transparência	Mês	12	0,00	0,00	
				<b>TOTAL</b>	<b>200,00</b>	<b>2.400,00</b>
<b>FUNDO MUNICIPAL SISTEMA DE ASSISTÊNCIA MÉDICO HOSPITALAR DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS</b>						
20	Contabilidade Pública / Tesouraria	Mês	12	100,00	1.200,00	
21	Compras, Licitações e Contratos	Mês	12	100,00	1.200,00	
22	Portal da Transparência	Mês	12	0,00	0,00	
				<b>TOTAL</b>	<b>200,00</b>	<b>2.400,00</b>
<b>INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL</b>						
23	Contabilidade Pública / Tesouraria	Mês	12	100,00	1.200,00	
24	Compras, Licitações e Contratos	Mês	12	100,00	1.200,00	
25	Portal da Transparência	Mês	12	0,00	0,00	
				<b>TOTAL</b>	<b>200,00</b>	<b>2.400,00</b>
				<b>TOTAL LICENÇA DE USO MENSAL</b>	9.250,00	111.000,00

**SERVIÇOS TÉCNICOS PARA PREFEITURA,  
INSTITUTO DE PREVIDENCIA E FUNDOS MUNICIPAIS**

<b>Item</b>	<b>Serviços Técnicos</b>	<b>Un. Med</b>	<b>Qtde</b>	<b>R\$ Unit. Proposto</b>	<b>R\$ Total</b>
33	Migração de dados e implantação do novo sistema	Serv.	01	20.000,00	20.000,00
34	Capacitação/treinamento e acompanhamento pós implantação dos usuários	Serv.	01	4.000,00	4.000,00
35	Diagnóstico para verificar as inconsistências na base de dados em relação aos leiautes do eSocial. A verificação deverá contemplar os campos obrigatórios e novas parametrizações exigidas pelo eSocial. A empresa contratada deverá apresentar um diagnóstico (relatório) com as ações que deverão ser feitas para corrigir as possíveis deficiências na base de dados.	Serv.	01	3.800,00	3.800,00
36	Hora Técnica para atendimento na sede da Contratante para customizações, desenvolvimento de	Hora	200	75,00	15.000,00



	rotinas não prevista no contrato e suporte presencial após os o acompanhamento inicial (todas as despesas inclusas).				
37	Hora Técnica para atendimento na sede da Contratada para customizações e desenvolvimento de rotinas não prevista no contrato	Hora	200	75,00	15.000,00
<b>TOTAL SERVIÇOS:</b>					<b>57.800,00</b>

Paragrafo Único. O valor da hora técnica somente será pago se houver necessidade e prestação do serviço.

## **CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

5.1 O pagamento pelo fornecimento mensal dos serviços licitados será efetuado até o 5º dia do mês seguinte ao vencimento, depois de atestada a execução pelo gestor e fiscal do contrato.

5.2 Os demais itens licitados, até o 5º dia da comprovação da execução e ou prestação dos serviços.

§ 1º O pagamento somente poderá ser efetuado após comprovação do recolhimento das contribuições sociais (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Previdência Social), correspondentes ao mês da última competência vencida, compatível com o efetivo declarado, na forma do § 4º, do art. 31, da Lei nº 9.032/95 e apresentação de Nota Fiscal/Fatura atestada por servidor municipal competente, conforme disposto nos artigos 67 e 73 da Lei 8.666/93.

§ 2º Juntamente com a nota fiscal, deverão ser apresentados os seguintes documentos, sob pena de ser susgado o pagamento, não incidindo quaisquer acréscimos, até a regularização:

- I - Comprovante de pagamento do FGTS do mês anterior;
- II - Comprovante de pagamento do INSS do mês anterior;
- III - comprovante de recolhimento do ISS do mês anterior, referente execução dos serviços de que trata este contrato;

§ 3º Quando do pagamento será efetuada a retenção de valores referente ao ISS, na forma da legislação, se for o caso.

## **CLAUSULA SEXTA - DO REAJUSTE**

Os preços serão fixos e irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses.



Havendo necessidade e interesse público, o contrato poderá ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, limitada a 48 (quarenta e oito) meses, na forma que dispõe o inciso IV do art. 57 da Lei nº 8.666/1993. Nesse caso, a administração, no interesse público, poderá autorizar a incidência de índice de correção, cujo indexador será o IGPM.

## **CLÁUSULA SÉTIMA - DOS PRAZOS**

O prazo de vigência do contrato de prestação de serviços será de 12 (doze) meses, contados a partir da sua assinatura.

§ 1º Havendo necessidade e interesse público, o contrato poderá ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, limitada a 48 (quarenta e oito) meses, na forma que dispõe o inciso IV do art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

§ 2º O prazo para assinatura do contrato será de no máximo de 05 (cinco) dias após a convocação regular do vencedor desta licitação pelo Executivo Municipal.

§ 3º O prazo para iniciar a prestação dos serviços será de 05 (cinco) dias úteis a contar da emissão da Autorização de Fornecimento de Serviço.

§ 4º O prazo para execução das etapas de importação dos cadastros necessários, implantação e treinamento de todos os módulos licitados, contarão seu início após assinatura da ordem de serviço.

OBSERVAÇÃO: As Ordens de Serviço serão independentes, ou seja, para a implantação de cada módulo será emitida uma Ordem de Serviço específica, para fins de cumprimento dos prazos.

## **CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

A CONTRATADA obrigar-se-á a:

- I - executar o serviço, obedecendo às especificações, aos itens, aos subitens, aos elementos, às condições gerais e específicas deste Contrato, às disposições da legislação em vigor, bem como aos detalhes e instruções fornecidos;
- II - assumir inteira responsabilidade pelo serviço ora adjudicado;
- III - arcar com todas as despesas inerentes a execução do objeto deste Contrato;
- IV - arcar com todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais ou comerciais;
- V - comunicar à Contratante, imediatamente e por escrito, quaisquer anormalidades que verificar na execução dos serviços;
- VI - responder por quaisquer danos pessoais ou materiais ocasionados por seus empregados em decorrência da execução do Contrato;



- VII - atender satisfatoriamente e em consonância com as regras do Edital, o objeto deste Contrato;
- VIII - cumprir rigorosamente os prazos estipulados neste Contrato;
- IX - dar garantias e manter os prazos ajustados no Edital e firmados na proposta comercial da empresa; X - reparar, corrigir, substituir, remover às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto da contratação em que se verificarem defeitos ou incorreções;
- XI - manter durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- XII - refazer sem qualquer ônus para a Contratante, os trabalhos executados deficientemente ou em desacordo com as instruções emanadas do setor fiscalizador da mesma. As indicações de procedimentos serão formalizadas com antecedência;
- XIII - garantir o funcionamento dos sistemas de Administração Pública Municipal contratados de acordo com os requisitos especificados no Edital e em seus anexos, a partir da aceitação final pela Contratante, até o término do contrato;
- XIV - tratar como confidenciais as informações e dados da CONTRATANTE, armazenados nos sistemas, guardando total sigilo perante terceiros;
- XV - atender incontinenti os pedidos de assistência técnica e corrigir falhas/defeitos no sistema.
- XVI - efetuar a migração dos dados e implantação, se for o caso, no prazo de 120 dias.

§ 1º A CONTRATADA será responsabilizada civil e criminalmente pelos danos causados à Administração Pública ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade com a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE ou qualquer outro órgão fiscalizador.

§ 2º. Todos os encargos sociais trabalhistas, bem como tributos de qualquer espécie que venham a ser devidos em decorrência do presente Contrato, correrão por conta da CONTRATADA, salvo àqueles que a lei expressamente determinar como de responsabilidade do CONTRATANTE.

## **CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES**

A CONTRATANTE obrigar-se-á a:

- I - Fornecer todos os elementos básicos e dados complementares necessários para o perfeito desenvolvimento do serviço.
- II - Notificar a CONTRATADA, por escrito, quaisquer irregularidades que venham ocorrer em função da execução do serviço, fixando-lhe prazo para correção de tais irregularidades.
- III - efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA, na forma estabelecida na Cláusula Quinta deste Contrato.
- IV - Providenciar as inspeções necessárias, através do órgão fiscalizador, com vistas a assegurar o cumprimento dos prazos estabelecidos neste Contrato.



- V - Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato.
- VI - Facilitar o acesso dos técnicos da CONTRATADA às áreas de trabalho, registros, documentação e demais informações necessárias ao bom desempenho das funções.
- VII - custear os gastos necessários para implantação, assistência técnica, manutenções e eventuais alterações do sistema.
- VIII - conferir os resultados obtidos na utilização do sistema licitados. Em caso de erro nos resultados obtidos deverá informar a CONTRATADA em tempo hábil para que esta possa corrigir o problema que for gerado por erro nos programas.
- IX - usar os sistemas locados exclusivamente para administração municipal, vedada a sua cessão a terceiros a qualquer título.
- X - Notificar à CONTRATADA, por escrito, quaisquer irregularidades que venham ocorrer, em função da prestação dos serviços.
- XI - parametrizar os sistemas em nível de usuário.
- XII - informar ao prestador de serviço da obrigatoriedade de armazenar em mídia o arquivo assinado digitalmente da nota fiscal eletrônica emitida

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA. DAS ALTERAÇÕES, SUPRESSÕES OU ACRÉSCIMOS**

As alterações deste contrato somente poderão ocorrer, com as devidas justificativas, nos casos previstos no art. 65 da Lei n.º 8.666/93.

§ 1º A CONTRATADA obrigará-se a aceitar, nas mesmas condições estabelecidas neste contrato, os acréscimos e/ou supressões que se fizerem necessários, nos serviços em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial contratado atualizado, nos exatos termos autorizados pelo art. 65, § 1º da Lei 8.666/1993 e suas alterações.

§ 2º. Os acréscimos e/ou supressões não poderão exceder os limites acima mencionados, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes, com fulcro no art. 65, § 2º, da Lei 8.666/1993 e suas alterações.

§ 3º. As supressões e/ou acréscimos referenciados serão considerados formalizados mediante aditamento contratual, a ser emitido pelo setor de Contratos da Secretaria de Administração do Município de Pinheiro Preto.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PRERROGATIVAS DO MUNICÍPIO**

O CONTRATANTE reserva-se o direito de uso das seguintes prerrogativas, naquilo que for pertinente a este contrato:

- I - modificá-lo, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do contratado;
- II - rescindi-lo unilateralmente, nos casos especificados no inciso I a XII e XVII do artigo 78 da Lei 8.666/93;
- III - fiscalizar a execução;
- IV - Aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.





## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS - DAS PENALIDADES**

12.1 – Se o licitante vencedor descumprir as condições desta licitação ficará sujeito às penalidades estabelecidas na Lei nº 8.666/93.

12.2 – De acordo com o estabelecido no art. 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do contrato enseja sua rescisão, constituindo motivo para a rescisão, nos termos previstos no art. 78 e seus incisos.

12.3 – A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato no prazo de cinco dias a contar da convocação, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando a adjudicatária às penalidades legalmente estabelecidas.

12.4 - Decorridos 05 (cinco) dias de atraso na assinatura do contrato, poderá o Município dá-lo por rescindido, obrigando a CONTRATADA ao pagamento da multa de 10 % sobre o valor do contrato, sem ônus da ação cabível para ressarcimento de prejuízo decorrente da inadimplência.

12.5 - Ressalvados os casos de força maior ou caso fortuito, devidamente comprovados, serão aplicadas as seguintes penalidades à CONTRATADA, no caso de inadimplência contratual:

12.6 - Multa de R\$ 500,00 por dia de atraso, limitado a 20% do valor do contrato, e ainda:

a) advertência;

b) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

12.7 – As penalidades serão obrigatoriamente registradas no sistema de registro de cadastro do Município, e, no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

12.8 – Nenhum pagamento será processado à proponente penalizada, sem que antes, este tenha pago ou lhe seja relevada a multa imposta.

12.9 – Na aplicação das penalidades serão admitidos os recursos previstos em Lei e garantido o contraditório e a ampla defesa.

### **DA RESCISÃO DO CONTRATO**

12.9.1 O Contrato poderá ser rescindido a critério da Contratante, sem que à Contratada caiba qualquer indenização ou reclamação, nos seguintes casos:

12.9.2 Inobservância das especificações acordadas;

12.9.3 Inadimplência de qualquer cláusula contratual e/ou da proposta ofertada.



12.9.4 Nos casos de rescisão, previstos nos incisos I a XI e XVIII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93, sujeitas e à empresa contratada ao pagamento de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato.

§ 1º A Contratada reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa, de que trata o Art. 77 da Lei 8.666/93.

§ 2º Dos atos da Administração decorrentes da aplicação das penalidades previstas nesta cláusula, bem como da rescisão do contrato, serão cabíveis recursos administrativos de acordo com o artigo 109 da Lei nº 8.666/93.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA SUBCONTRATAÇÃO**

Não será permitida a subcontratação para a execução dos serviços, exceto aqueles relacionados ao armazenamento dos dados em datacenter, e que ainda assim permanecerão sob responsabilidade da contratada.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA RESCISÃO**

O contrato poderá ser rescindido pelo Contratante, independentemente de notificação ou interpelação judicial, atendido o disposto nos artigos 77 a 80 da Lei 8.666/1993 e suas alterações.

§ 1º. A CONTRATANTE poderá ainda, sem caráter de penalidade, declarar rescindido o contrato por conveniência administrativa fundamentada. Neste caso, a CONTRATADA terá direito a receber os valores correspondentes aos serviços executados.

§ 2º. Rescindido ou distratado o contrato, a empresa contratada deverá disponibilizar, em formato txt, cópia de toda a base de dados produzida e armazenada durante o período de vigência contratual, acompanhada dos layouts e demais informações pertinentes e necessárias à importação dos cadastros necessários, implantação de saldos contábeis, tudo isto sem prejuízo da obrigação de manter a base produzida arquivada por no mínimo 180 (cento e oitenta) dias contados do trânsito em julgado do processo administrativo que determinou a extinção do vínculo contratual. Em paralelo, ficará a contratada obrigada a prestar, mediante justa remuneração, todo e qualquer serviço necessário à condução da máquina administrativa, evitando-se a paralisação total ou parcial de setores essenciais da administração pública enquanto não ultimado um novo processo licitatório.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO ANEXO**

Faz parte do presente contrato, o seguinte anexo, independentemente de transcrição:

#### **Termo de Referenciamento/Projeto.**

Parágrafo único. A contratada fica ainda vinculada aos ditames previstos no Edital de Licitação nº 022/2019.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**



Estado de Santa Catarina  
Município de Pinheiro Preto

Os gestores dos contratos serão de responsabilidade dos Secretários de cada pasta, sendo fiscal o seguinte servidor: Sonia Maria Hentz.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO**

Fica eleito o foro da cidade de Tangará/SC, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de medidas judiciais pertinentes à execução presente contrato.

E, por estarem assim, justos e contratados firmam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Pinheiro Preto, 05 de abril de 2019.

PEDRO RABUSKE  
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO  
CONTRATANTE

CONTRATADA  
PÚBLICA TECNOLOGIA LTDA

TESTEMUNHAS:

1. \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_ CPF :

2. \_\_\_\_\_

Nome:

CPF :